

A dívida externa na ONU

Mais uma vez a grande tribuna internacional da Organização das Nações Unidas serviu de ponto de apoio para colocações atualizadas de chefes de estado e de ministros, ao serem abertos os trabalhos da 41ª Sessão de sua assembléia geral, com destaque especial para o presidente Ronald Reagan, o rei Juan Carlos, Corazón Aquino, o ministro Abreu Sodré e para o seu colega peruano Allan Wagner.

O presidente dos Estados Unidos, empolgado com as preliminares levantadas para um acordo que tangencia o perigo de uma guerra aberta entre o Leste e o Oeste, na Europa, nem de longe abordou a questão do endividamento internacional, parte integrante da pauta de trabalho da ONU. Passou ao largo do problema que hoje é crucial para uma parcela respeitável da humanidade, representando compromissos de pagamento já próximos de US\$ 850 bilhões e envolvendo custos de rolagem superiores a US\$ 120 bilhões.

Se a ONU ouviu Reagan, também ouviu o chanceler do Brasil e o seu colega de estatura, representando o Peru, ambos colocando a problemática da dívida dentro de diretrizes que conferem ao assunto dimensões políticas, bem acima da frieza dos contratos bancários e das regras ortodoxas do Fundo Monetário Internacional.

Coletivamente a América Latina deve aos bancos internacionais perto de US\$ 350 bilhões. Esse compromisso, por força do crescente empobrecimento dos países que integram parte do Novo Mundo, aliado à política protecionista das nações industrializadas, está conduzindo a todos para um impasse.

O serviço da dívida vem descapitalizando os devedores numa velocidade alarmante, impedindo a formação de um mínimo de poupança capaz de dar sustentação a um programa de reestruturação dos respectivos parques industriais de cada povo. O problema, por essas razões, caminha para situações imprevisíveis. A alternativa preconizada, desde a fala do presidente José Sarney, perante a mesma ONU, objetivava fugir da camisa-de-força do FMI, repelindo a recessão econômica com todo o seu corolário de sofrimentos físicos e de angústias sociais das populações menos favorecidas.

Agora, na fala de abertura dos trabalhos daquele organismo internacional, o ministro Abreu Sodré retoma a mesma linguagem e renova o posicionamento do Brasil na questão do endividamento. E no mesmo sentido e com as mesmas causas eficientes o chanceler do Peru também alinhou-se entre os que buscam tratamento político para a dívida, cujos encargos mantêm milhões e milhões de criaturas na orfandade diante do futuro.

Várias circunstâncias, no entanto, começam a reunir um conjunto de fatores que deverão ampliar, cada vez mais, as pressões legítimas sobre os credores internacionais. Um deles — a inscrição da dívida externa na temática da Assembléia da ONU, pela primeira vez na história desse organismo —, aliado a posicionamentos do discurso de algumas autoridades, mostra que uma nova paisagem está-se oferecendo a quem deve. Somente três países — Brasil, México e Argentina — somam perto de US\$ 260 bilhões nas contas devedoras no exterior. Essas três nações tentam juntar o total

do endividamento para oferecê-lo como cacife nas rodadas de negociação, para os ajustes do endividamento.

Bem a propósito vale lembrar o atual contexto jurídico dos ajustes dos povos devedores. Em que pese o lado credor estar representado por bancos privados, em sua maioria, da parte devedora são nações que avalizam os títulos resgatáveis. Nessa condição o tratamento legal impede o pedido de falência, com todas as seqüelas cabíveis em tais procedimentos.

Por isso mesmo são de coerência meridiana e de pertinência indiscutível as gestões tendentes a introduzir as negociações do endividamento no campo gravitacional da política, onde a flexibilidade de meios pode reduzir as exigências dos fins. O Brasil, por exemplo, quer fixar um percentual de 2,5 por cento do PIB nas transferências à conta do serviço da dívida. Trata-se de uma proposta política, posto que divergente dos padrões bancários. Já o Peru vai mais além, fixando em dez por cento a partir do montante das divisas geradas com as exportações.

O silêncio de Reagan na ONU sobre o endividamento mundial não calou a voz do Brasil, nem impediu a intervenção do orador peruano. Tais falas compõem um mosaico de afinidades que amanhã estará desenhando um painel de angústias, retrato vivo da realidade dos povos devedores, a mostrar em visão apocalíptica a condenação a que ficarão obrigados os países contra os quais foi rogada a pior praga dos tempos modernos: a dívida externa, juntamente com a peste negra de um serviço de custos. Ambas até aqui sem antígenos que as possam curar.